

Usina Santa Fé S.A.

CNPJ/MF nº 45.281.813/0001-35

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)


BALANÇO PATRIMONIAL				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO							
Ativo	Nota	31/03/2026	31/03/2025	Passivo	Nota	31/03/2026	31/03/2025	Receita líquida	Nota	31/03/2026	31/03/2025	Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Circulante				Circulante				26	899.511	1.173.187					
Caixa e equivalentes de caixa	9	993.525	648.806	Empréstimos e financiamentos	20	186.976	159.247	Custos dos produtos vendidos	27	(822.848)	(864.878)	Resultado do exercício		(72.052)	(8.161)
Contas a receber de clientes	10	9.878	7.609	Debêntures	21	26.886	4.287	Valor justo de ativo biológico	12	(16.739)	(8.550)	Ajustes para:			
Estoque	11	53.849	45.719	Parceria agrícola a pagar	17	103.156	109.383	CPC 38 - Hedge Accounting	26	76.101	(58.706)	Depreciação (agrícola e indústria)	18	41.510	34.704
Ativos biológicos	12	103.733	124.909	Fornecedores	19	86.440	90.872	Lucro bruto		136.025	241.053	Depreciação (direito de uso)	17	108.526	111.774
Adiantamentos a fornecedores	13	9.897	14.434	Impostos e contribuições a recolher	23	5.654	23.979	Despesas de vendas	27	(47.285)	(53.101)	Ativos biológicos colhidos (depreciação)	18	83.505	86.014
Impostos a recuperar	15	109.195	34.211	Salários e férias a pagar	24	24.846	22.826	Despesas administrativas e gerais	27	(56.446)	(66.970)	Amortização de Tratos Culturais	12	114.806	105.372
Ativo fiscal corrente		6.857	6.895	Adiantamentos de clientes	22	240.543	19	Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	28	75.364	27.297	Amortização de entressafra (agrícola e indústria)	18	61.496	64.219
Instrumentos financeiros derivativos	32	46.226	18.959	Outras contas a pagar		5.296	507	Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		107.658	148.279	Resultado na venda de ativos imobilizados	18	3.411	4.865
Outras contas a receber		944	1.166	Instrumentos financeiros derivativos	32	10.690	38.564	Receitas financeiras	29	92.102	57.294	Baixa de propriedades para investimento		-	818
Total do ativo circulante		1.334.104	902.708	Total do passivo circulante		690.487	449.684	Despesas financeiras	30	(294.256)	(219.830)	Baixa softwares		296	
Não circulante				Não circulante				Varição cambial líquida	31	2.425	7.519	Mudança no valor justo de ativos biológicos	12	16.739	8.550
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	20	800.537	882.561	Resultado com derivativo	30	(17.724)	(11.589)	IRPJ e CSLL correntes	16	38	5.143
Depósitos judiciais	24	2.062	2.012	Debêntures	21	422.695	183.868	Receitas (despesas) financeiras líquidas		(217.453)	(166.606)	IRPJ e CSLL diferidos	16	(37.781)	(15.309)
Impostos a recuperar	15	2.470	11.033	Parceria agrícola a pagar	17	267.203	293.363	Resultado antes dos impostos		(109.795)	(18.327)	Instrumentos financeiros derivativos		(11.075)	4.147
Instrumentos financeiros derivativos	32	11.901	7.062	Fornecedores	19	1.151	1	IRPJ e CSLL correntes	16	(38)	(5.143)	Juros de empréstimos e		5.679	4.700
Ativo fiscal diferido	16	31.939	20.595	Impostos e contribuições a recolher	23	15.719	-	IRPJ e CSLL diferidos	16	37.81	15.309	financiamentos provisionados	20	170.102	133.266
Outros créditos		210	145	Mútuos financeiros	14	49.914	46.480	Resultado do exercício		(72.052)	(8.161)	Juros sobre debêntures provisionados	21	43.678	24.656
Total do realizável a longo prazo		48.582	40.847	Adiantamentos de clientes	22	80.111	-	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Reversão de provisão para contingências	24	1.446	(2.547)
Investimentos		1.426	1.292	Instrumentos financeiros derivativos	32	8.389	15.863	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES				Créditos de impostos tomados		(69.866)	(7.020)
Propriedades para investimento		814	814	Provisões para contingências	24	9.110	7.664	Nota 31/03/2026		(72.052)	(8.161)	Apropriação de encargos financeiros sobre arrendamentos	17	43.041	29.575
Direito de uso	17	332.870	382.390	Total do passivo não circulante		1.654.829	1.429.800	Nota 31/03/2025		(72.052)	(8.161)	Provisão para perdas de crédito esperadas do contas a receber		-	(16)
Imobilizado	18	858.425	802.681	Total do passivo		2.345.316	1.879.484	Resultado do exercício		51.319	14.216	Varições em:		503.499	584.750
Intangível		1.005	1.395	Patrimônio líquido	25			Outros resultados abrangentes				Contas a receber de clientes		(2.372)	389
Total do ativo não circulante		1.243.122	1.229.419	Capital social		271.500	271.500	Varição cambial não realizada - hedge accounting	32	51.319	14.216	Estoque		(8.130)	(6.042)
Total do ativo		2.577.226	2.132.127	Reserva de lucros		8.866	8.866	Resultado abrangente total		(20.733)	6.055	Adiantamentos a fornecedores		4.537	2.945
				Reservas de reavaliação		2.252	2.485	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Impostos a recuperar		3.483	(3.261)
				Ajustes de avaliação patrimonial		26.976	(23.821)					Outras contas a receber		157	1.344
				Prejuízos acumulados		(77.684)	(6.387)					Depósitos judiciais		(50)	33.603
				Total do patrimônio líquido		231.910	252.643					Fornecedores		(3.282)	(1.016)
				Total do passivo e patrimônio líquido		2.577.226	2.132.127					Impostos e contribuições a recolher		(2.644)	(20.204)
												Salários e férias a pagar		2.022	(4.211)
												Adiantamentos de clientes		320.635	(579)
												Outras contas a pagar		4.789	(532)
												Caixa gerado nas atividades operacionais		822.644	587.186
												IRPJ e CSLL pagos		-	(8.706)
												Juros de empréstimos e			
												financiamentos pagos	20	(143.055)	(118.771)
												Juros sobre debêntures pagos	21	(25.427)	(10.830)
												Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais		654.162	448.879
												Fluxo de caixa de atividade de investimentos			
												Aquisição de intangíveis		(25)	(224)
												Ativo biológico	12	(110.369)	(114.847)
												Aquisição de investimentos		(134)	(559)
												Aquisição do imobilizado	18	(245.547)	(266.923)
												Venda de imobilizado		103	2.749
												Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(355.972)	(379.804)
												Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
												Pagamento de mútuos financeiros		(2.246)	(1.351)
												Parceria agrícola paga	17	(134.434)	(136.812)
												Empréstimos e financiamentos tomados	20	306.450	292.053
												Debêntures	21	250.000	180.000
												Empréstimos e financiamentos pagos	20	(374.543)	(291.372)
												Custo de transação dos empréstimos e financiamentos	20	8.127	8.889
												Custo de transação de debêntures	21	(6.825)	(5.671)
												Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos		46.529	45.736
												Aumento líquido em caixa e equiv. de caixa		344.719	114.811
												Caixa e equivalentes de caixa em 1º de março		648.806	533.995
												Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março		993.525	648.806
												Aumento líquido em caixa e equiv. de caixa		344.719	114.811

1. Contexto operacional: A Usina Santa Fé S.A. ("Usina Santa Fé" ou "Companhia") tem sua sede administrativa na Estrada da Antiga Fazenda Itaqueerê s/nº, Bairro rural, na cidade de Nova Europa - SP, e têm como objeto social e atividade preponderante o plantio e o cultivo de cana-de-açúcar, a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar, além de atuar na geração de energia elétrica a partir da queima do bagaço. Adicionalmente, explora outras culturas agrícolas em complemento ao cultivo da cana-de-açúcar. Durante a safra 2025/2026 a Santa Fé obteve uma moagem de 3,5 milhões de toneladas de cana. O mix de produção praticado na safra 2025/2026 foi de 64% para produção de açúcar (283,1 mil tons) e 36% para produção de etanol (104 mil m³). A exportação de energia foi de 32 mil MWh. É importante destacar que a Santa Fé tem mantido constante diligência em relação aos seus custos operacionais por meio da otimização de seus processos agrícolas e industriais além de garantir maior flexibilidade industrial e qualidade aos seus produtos. Além disso, a estratégia da Companhia para as próximas safra está direcionada à manutenção dos volumes de moagem visando a utilização plena e perene de sua capacidade total. A Usina Santa Fé possui contratos de parceria agrícola de cana-de-açúcar com a empresa relacionada Agropecuária Nova Europa S.A. e terceiros que, em conjunto com a cana de fornecedores sustentam sua produção para os próximos períodos de colheita. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de 12 a 18 meses para maturação e o período de colheita inicia-se geralmente entre os meses de abril e maio de cada ano e termina, em geral, entre os meses de novembro e dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e sofre variações decorrentes de sazonalidade, somente de oferta e demanda normais do mercado. Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Companhia tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano. O período de colheita anual de cana-de-açúcar no centro-sul do Brasil é chamado de safra e tem início em abril ou maio e termina em novembro ou dezembro. Isso cria flutuações nos estoques, normalmente com picos em dezembro para cobrir as vendas na entressafra (ou seja, de janeiro a abril), e um certo grau de sazonalidade no lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social. Dessa forma, essa sazonalidade pode causar um efeito adverso significativo nos resultados operacionais das empresas desse setor. As contas de resultado ficam sujeitas a sazonalidade no primeiro trimestre do exercício social, período de início de moagem na região Centro-Sul, quando o custo operacional por unidade produzida tende a ser maior devido ao baixo nível de sacarina da cana-de-açúcar colhida neste período. Adicionalmente devido à maior oferta de produtos durante a safra, é observado uma oscilação no preço das commodities, sendo que historicamente na entressafra (período sem moagem) os preços são superiores frente a média da safra. A Companhia possui como estratégia comercial o carregue de produtos para comercialização durante a entressafra, dessa forma se beneficia dos melhores preços do período. **Ambiente externo e fatores macroeconômicos relevantes:** **Conflitos geopolíticos:** Os conflitos geopolíticos em curso representam um fator de risco relevante para a Companhia. A intensificação de tensões em regiões estratégicas para a produção global de petróleo pode gerar volatilidade nos preços dos produtos comercializados pela Companhia, bem como os custos de insumos diretamente relacionados ao petróleo, especialmente combustíveis e derivados utilizados nas operações agrícola, industrial e logística. Tais eventos podem afetar cadeias de suprimentos, custos operacionais, taxas de câmbio e condições logísticas, com impactos potenciais tanto na receita quanto na estrutura de custos. **Reforma tributária:** Em 16/01/2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, primeira etapa de regulamentação da reforma tributária brasileira. O novo modelo estabelece um IVA dual, composto por Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) - de competência federal, e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - de competência subnacional, que substituirão gradualmente PIS, COFINS, ICMS e ISS. A LC 214 também instituiu o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre produtos e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. A transição está prevista para o período de 2026 a 2032, durante o qual coexistirão o regime tributário atual e o novo sistema. Os impactos da Reforma sobre a apuração dos tributos da Companhia serão conhecidos apenas após a conclusão das regulamentações complementares pendentes. Dessa forma, não há efeitos decorrentes da Reforma Tributária reconhecidos nestas demonstrações financeiras, uma vez que ainda não é possível mensurar de forma confiável seus impactos. **Renovabio e Cbio:** Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o Renovabio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do Renovabio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocom-

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/07/2026

ICP Brasil

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

A depreciação reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros, e é calculada para os itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, pelo método linear, baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terras não são depreciadas. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Vida útil (em anos)	
	31/03/2026	31/03/2025
Edifícios e benfeitorias	15	15
Móveis e utensílios	9	9
Veículos e implementos rodoviários	5	5
Máquinas e implementos agrícolas	5	5
Máquinas, equipamentos e instalações	12	12
Computadores e periféricos	4	4
Outros	8	8
Plantas portadoras	5	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. **Ativos intangíveis:** (i) **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. (ii) **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. (iii) **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. A vida útil média estimada para o exercício corrente e comparativos é de 5 anos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **Instrumentos financeiros:** (i) **Reconhecimento e mensuração inicial:** O contante a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contante a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) **Classificação e mensuração subsequente:** **Ativos Financeiros - classificação:** O reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não são reclassificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 31). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: - eventos contingentes que modificar o valor ou a época dos fluxos de caixa; - termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; - o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e - os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada pelo método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada pelo método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada pelo método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada pelo método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada pelo método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada pelo método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada pelo método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada pelo método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada pelo método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada pelo método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

demonstração da posição financeira, mas retém todos os substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iv) **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente, caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de hedge de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira. No início das relações de hedge designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente. **Hedges de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumentos de hedges nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (forward points) é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido. Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedges são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido. Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele seja incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedges são imediatamente reclassificados para o resultado. **Redução ao valor recuperável (Impairment):** (i) **Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante líquido à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: - títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e - outros títulos de dívida e baixos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência) ao longo da vida esperada do instrumento financeiro não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor líquido à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: - dificuldades financeiras significativas do devedor; - quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; - reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; - a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou - o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. (ii) **Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imóveis diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros

estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **O Fornecedor:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas, normalmente, ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando aplicável. **Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2). (i) **Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de emprestimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determinou sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: - pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; - pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e - o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido no estatuto social são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e são reconhecidos no patrimônio líquido sobre esta rubrica. **Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **Custos de transação empréstimos:** Custos de transação diretamente relacionados a empréstimos e financiamentos, de acordo com o CPC 08 são inicialmente reconhecidos com redutor do passivo. Subsequentemente são apropriados ao resultado financeiro da Companhia e suas controladas de acordo com a fluência do prazo do contrato de financiamento ao qual está relacionado, de modo que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual do instrumento. **Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 01/01/2025, no caso da Companhia, após 01/04/2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51**

apresentação e divulgação das demonstrações contábeis: O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 01/01/2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: - As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de IRPJ. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. - As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. - Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMS. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras normas contábeis:** Não se espera que a seguinte norma nova e alterada tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); e - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

9. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/03/2026	31/03/2025
Caixa e bancos	38.101	5.972
Aplicações financeiras	955.424	642.834
	993.525	648.806

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário (CDBs), remunerados a taxas de mercado, de curto prazo, de alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na Nota Explicativa nº 32.

10. Contas a receber de clientes:

	31/03/2026	31/03/2025
Contas a receber	10.040	7.771
Provisão para perdas de crédito esperada	(162)	(162)
	9.878	7.609

A Companhia não tem títulos cedidos como garantia. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber de clientes. A composição dos saldos por idade de vencimentos pode ser assim apresentada:

	31/03/2026	31/03/2025
Créditos a vencer	6.971	6.847
Créditos em atraso até 30 dias	8	7
Créditos em atraso de 31 a 60 dias	4	7
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	-	1
Créditos em atraso acima de 90 dias	2.895	747
	9.878	7.609

A provisão para perdas de crédito esperada foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, as garantias reais para os débitos e, quando aplicável, negociações em andamento com base na avaliação dos assessores jurídicos. A Companhia tem por procedimento realizar provisão complementar, baseada na perda apurada nos últimos dois exercícios em relação à receita operacional líquida. A provisão para perdas de crédito esperada é considerada suficiente pela administração da Companhia para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. A Companhia em 31/03/2026 e 2025, não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente. A exposição a riscos de moeda, relacionada às contas a receber de clientes, é divulgada na Nota Explicativa nº 32. **11. Estoques:**

	31/03/2026	31/03/2025
Produtos acabados:		
Açúcar	298	248
Etanol	182	178
Soja	922	1.919
	1.402	2.345
Almoxarifado	52.447	43.374
Total Estoques	53.849	45.719

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização. **12. Ativos biológicos:** A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico, atendendo, assim, os dispostos estabelecidos no Pronunciamento Técnico, onde os seus ativos biológicos (cana-de-açúcar) passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência. A movimentação dos ativos biológicos (cana-de-açúcar) encontra-se detalhada a seguir:

	Total
Saldo em 31/03/2024	123.984
Aumento de novos tratos	114.847
Diminuição devido a colheita	(105.372)
Mudança no valor justo do ativo biológico	(8.550)
Saldo em 31/03/2025	124.909
Aumento de novos tratos	110.369
Diminuição devido a colheita	(114.806)
Mudança no valor justo do ativo biológico	(16.739)
Saldo em 31/03/2026	103.733

Em 31/03/2026 a taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 6,12% ao ano (5,77% a.a. em 31/03/2025), que é o WACC (Weighted Average Capital Cost - Custo Médio Ponderado de Capital) da Companhia. A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas para cálculo do ativo biológico atualizando-as caso existam variações significativas em relação as projetadas anteriormente. A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se: - O preço estimado do ATR fosse maior (menor); - A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e - A taxa de desconto fosse menor (maior). As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, consequentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. **Lavouras de cana-de-açúcar:** As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	31/03/2026	31/03/2025
Área estimada de colheita (hectares)	34.891	34.738
Produtividade média prevista por safra (tons de cana/hectares)	78,88	77,96
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	135,95	135,95
Valor do Kg de ATR	1,08	1,19

A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico atualizando-as caso existam variações significativas em relação as projetadas anteriormente. **Riscos regulatórios e ambientais:** A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam ao cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. **Riscos de sazonalidade:** O ciclo de produção da cana-de-açúcar é fortemente influenciado pela sazonalidade, com a safra tradicionalmente ocorrendo entre abril e novembro. Durante o período de entressafra, a Companhia enfrenta uma redução na colheita, o que impacta a geração de receita e o nível de estoques. A sazonalidade também pode causar variações significativas nos preços de venda dos produtos e nos custos de manutenção das plantações. **Riscos de oferta e demanda:** A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mer-

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/07/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

Usina Santa Fé S.A.

gado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada. **Riscos climáticos e outros:** As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar. **Análise de sensibilidade:** A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31/03/2026, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar, as demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana-de-açúcar resultaria em um aumento ou redução de R\$ 13.882. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em aumento ou redução de R\$ 12.552.

13. Adiantamentos a fornecedores:

	31/03/2026	31/03/2025
Circulante:		
Adiantamentos a fornecedores de cana – terceiros (i)	444	3.489
Adiantamentos a fornecedores de materiais	7.827	9.237
Adiantamentos de cana – partes relacionadas – NE 14	1.626	1.708
	9.897	14.434

(i) Os adiantamentos aos fornecedores de cana-de-açúcar são valores adiantados a fornecedores de cana-de-açúcar conforme previsões contratuais, com realização nas safras futuras. O pagamento da cana-de-açúcar dos fornecedores é calculado de acordo com a sistemática de pagamento de cana-de-açúcar, adotado pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (CONSECANA), vigente na data da entrega calculado de acordo com o mix de produção da Companhia.

14. Partes relacionadas: a Operações com pessoal-chave: O pessoal-chave da Administração é composto pela Diretoria eleita trienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia não concede ao pessoal-chave da Administração benefícios com características de longo prazo. A remuneração total paga aos administradores (que inclui os conselheiros e diretores) totalizou R\$ 5.639 no exercício findo em 31/03/2026 (R\$ 5.208 em 31/03/2025). **b Principais saldos e transações que afetaram o resultado:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31/03/2026 e 2025, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

16. Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos: A Companhia reconheceu IRPJ e CSLD diferidos ativos e passivos e créditos e débitos tributários sobre os seguintes valores base:

	Saldo em março de 2024	Reconhecidos no resultado	(Ajuste no patrimônio líquido)	Saldo em março de 2025	Reconhecidos no resultado	(Ajuste no patrimônio líquido)	Saldo em março de 2026
Ativo não circulante							
Instrumentos financeiros derivativos	12.303	(277.977)	284.181	18.507	(202.068)	190.048	6.487
Provisão para contingências e impostos sub judice	3.472	(866)	–	2.606	491	–	3.097
Variação cambial não realizada	2.409	545	–	2.954	(298)	–	2.656
Hedge Accounting	18.497	199	(13.267)	5.429	–	(7.268)	(1.839)
Prejuízos fiscais de IRPJ	10.896	5.701	–	16.597	17.473	–	34.070
Base negativa de CSLL	3.910	2.053	–	5.963	6.290	–	12.253
Apropriação encargos financeiros de arrendamentos	27.861	10.055	–	37.916	14.634	–	52.550
Provisão para perdas de crédito esperada	61	(6)	–	55	–	–	55
	79.409	(260.296)	270.914	90.027	(163.478)	182.780	109.329
Passivo não circulante							
Instrumentos financeiros derivativos	(10.217)	279.390	(278.020)	(8.847)	198.301	(209.217)	(19.763)
Custo transação	(20.298)	1.094	–	(9.204)	443	–	(8.761)
Propriedades para investimentos	(419)	–	–	(419)	–	–	(419)
Imobilizado – Reavaliação	(982)	122	–	(860)	120	–	(740)
Imobilizado – Depreciação	(41.353)	92	–	(41.261)	37	–	(41.224)
Ativo biológico	(9.768)	2.907	–	(6.861)	5.692	–	(1.169)
Ativos de direito de uso	6.020	(8.000)	–	(1.980)	(3.334)	–	(5.314)
	(67.017)	275.605	(278.020)	(69.432)	201.259	(209.217)	(77.390)
Diferido líquido	12.392	15.309	(7.106)	20.595	37.781	(26.437)	31.939

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de IRPJ e CSLL debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/03/2026	31/03/2025
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(109.795)	(18.327)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal combinada	37.330	6.231
Diferenças permanentes adições (exclusões):		
Adições / exclusões permanentes	413	3.935
Total	37.743	10.166
IRPJ e CSLL correntes	(38)	(5.143)
IRPJ e CSLL diferidos	37.781	15.309
Total	37.743	10.166
Alíquota fiscal efetiva	34%	55%

17. Direito de uso e parcerias agrícolas a pagar: A movimentação do direito de uso nas demonstrações financeiras foi a seguinte:

	31/03/2026	31/03/2025
Direito de uso	31/03/2026	31/03/2025
Saldo no início do exercício	382.390	330.943
Adições	105.021	160.150
Amortizações	(108.526)	(111.774)
Remensurações (i)	(46.015)	3.071
Saldo no fim do exercício	332.870	382.390

(i) Um dos principais fatores para a variação é o preço do Kg do ATR utilizado nas remensurações dos contratos. Em março/2026 o valor foi de 1,0816 e em março/2025 o valor foi de 1,1926. O valor do preço do Kg de ATR é utilizado com base no CONSECANA-SP. A movimentação de parceria agrícola a pagar nas demonstrações financeiras foi a seguinte:

	Saldos dos compromissos de parcerias	Ajuste a valor presente da parceria	Total
Em 31/03/2024	509.895	(107.149)	402.746
Adições	133.250	(28.229)	105.021

18. Imobilizado:

Descrição	31/03/24	Adições	Baixas	Transf.	31/03/25	Adições	Baixas	Transf.	31/03/26
Custo									
Terras	1.196	–	–	–	1.196	–	–	–	1.196
Edifícios e benfeitorias	33.320	–	(810)	5.022	37.532	–	–	42.311	79.843
Móveis e utensílios	8.338	–	(31)	900	9.207	–	(21)	900	10.086
Veículos e implementos rodoviários	98.856	–	(6.657)	9.549	101.748	–	(1.370)	4.695	105.073
Máquinas e implementos agrícolas	382.816	22.216	(5.826)	27.431	426.837	50.939	(1.717)	6.185	482.244
Máquinas, equipamentos e instalações	428.734	33.937	(3.254)	76.344	535.761	39.589	(343)	26.076	601.083
Computadores e periféricos	4.548	–	(105)	1.753	6.196	–	(162)	504	6.538
Benfeitorias em bens de terceiros	1.696	–	–	1.000	2.696	–	–	–	2.696
Obras em andamento	91.796	100.767	–	(118.642)	73.921	33.091	–	(72.623)	34.389
Adiantamentos a fornecedores	770	2.779	–	(3.357)	192	12.669	–	(8.048)	4.813
Outros	291	–	–	–	291	–	–	–	291
Plantas portadoras – plantio	768.367	88.243	–	–	856.610	81.987	–	–	938.597
Plantas portadoras – trato cana planta	303.132	18.981	–	–	322.113	27.272	–	–	349.385
Bens em comodato	2.283	–	–	–	2.283	–	(1.750)	–	533
Total	2.126.143	266.923	(16.483)	–	2.376.583	245.547	(5.363)	–	2.616.767
Depreciação									
Edifícios e Benfeitorias	(13.594)	(1.759)	133	–	(15.220)	(2.311)	–	–	(17.531)
Móveis e Utensílios	(5.401)	(404)	22	–	(5.783)	(550)	10	–	(6.323)
Veículos e implementos rodoviários	(67.497)	(5.613)	4.975	–	(68.135)	(5.360)	768	–	(72.727)
Máquinas e implementos agrícolas	(285.426)	(53.253)	4.420	–	(334.259)	(35.906)	954	–	(369.211)
Máquinas, equipamentos e instalações	(277.646)	(37.249)	1.996	–	(312.899)	(57.888)	110	–	(370.677)
Computadores e periféricos	(2.462)	(399)	72	–	(2.789)	(645)	110	–	(3.324)
Plantas Portadoras – Plantio	(510.351)	(64.870)	–	–	(575.221)	(62.195)	–	–	(637.416)
Plantas portadoras – trato cana planta	(237.192)	(21.144)	–	–	(258.336)	(21.310)	–	–	(279.646)
Benfeitorias em bens de terceiros	(1.116)	(144)	–	–	(1.260)	(227)	–	–	(1.487)
Total	(1.400.685)	(184.835)	11.618	–	(1.573.902)	(186.392)	1.952	–	(1.758.342)
Total líquido	725.458	82.088	(4.865)	–	802.681	59.155	(3.411)	–	858.425

Garantia: Em 31/03/2026, parcela dos bens estão garantindo operações de financiamentos captados junto às instituições financeiras.

	Valor do grupo	Total de garantias	Porcentagem
Máquinas e implementos agrícolas	482.244	53.409	11%
Máquinas, equipamentos e instalações	601.083	17.135	3%
Veículos e implementos rodoviários	105.073	2.030	2%

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa: Durante os exercícios encerrados em 31/03/2026 e 2025, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável. **19. Fornecedores:**

	31/03/2026	31/03/2025
Fornecedores diversos	53.866	50.179
Fornecedores de cana	20.743	30.788
Fornecedores de cana – Partes relacionadas – NE 14	12.982	9.906
	87.591	90.873
Passivo circulante	86.440	90.872
Passivo não circulante	1.151	1

O saldo a pagar a fornecedores decorrentes das compras de cana-de-açúcar, determinado de acordo com a sistemática de pagamento de cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo). A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores na data de 31 de março 2026 e 2025 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras. A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº 32. **20. Empréstimos e financiamentos:** Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia. A Nota Explicativa nº 32 divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda.

Moeda nacional Taxa de juros (a.a.) Vcto. 03/2026 03/2025

	03/2026	03/2025
Finame	2030	58.269
Pré-fixado de 3,05% a.a. + 10,66% a.a.	–	71.647
Pré-fixado de 9,34% a.a. + 12,56% a.a.	2026	1.493
Pré-fixado de 1,80% a.a. + 2,70% a.a. + CDI	2034	411.276
Pré-fixado de 14,65% a.a. + CDI	2029	50.554
Pré-fixado de 4,50% a.a. + CDI	–	147.076
Pré-fixado de 4,00% a.a. + CDI	2029	171.436
Pré-fixado de 5,50% a.a. + IPCA e 1,49% a.a. + Selic	2031	187.277
	880.305	913.146

Moeda estrangeira

	03/2026	03/2025
ACC	–	59.529
PPE	2030	90.515
CCE	2030	29.965
Total em moeda estrangeira	120.480	150.061
Custo de transação	(13.272)	(21.399)
Total empréstimos e financiamentos	987.513	1.041.808

Passivo circulante 186.976 159.247
Passivo não circulante 800.537 882.561

Em 31/03/2026, as parcelas do passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	31/03/2026	31/03/2025
01/04/2026 a 31/03/2027	–	291.173
01/04/2027 a 31/03/2028	194.652	231.865
01/04/2028 a 31/03/2029	221.366	173.049
01/04/2029 a 31/03/2030	205.104	134.936
01/04/2030 a 31/03/2031	86.651	28.324
Demais Safras	92.764	23.214
	800.537	882.561

Fornecimento de garantias, avais ou fianças: Para os empréstimos e financiamentos acima apresentados, a Companhia ofereceu as seguintes garantias:

Modalidade de captação	Garantias
Finame / CDCs	Alienação fiduciária dos bens financiados
CCB / CPRF	AF de lavouras, Cessão de recebíveis, Aval e Penhor de produto
CRA	Cessão de recebíveis, Fiança e Aval
Renovabio BNDES	Carta de Fiança
PPE / CCE	Penhor de produto e Nota promissória

Cláusulas contratuais restritivas - covenants: A Companhia possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de financiamentos, relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros estabelecidos nesses contratos (covenants financeiros e não financeiros). A Companhia estima que irá cumprir os covenants até a liquidação das dívidas e os saldos de curto e longo prazo são divulgados conforme os vencimentos contratuais. **Movimentação dos empréstimos e financiamentos:** A tabela a seguir demonstra amortizações e captações durante os exercícios findos em 31/03/2026 e 2025:

	31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial	1.041.808	1.057.187
Captações	306.540	292.053
Provisão de encargos	170.102	133.266
Amortização do principal	(374.543)	(291.372)
Pagamento de juros	(143.055)	(118.771)
Amortização dos custos de transação, líquido dos custos do exercício	8.127	8.889
Variação cambial não realizada	(21.376)	(39.444)
Saldo final	987.513	1.041.808

21. Debentures privadas:

Banco	Liquidante	Série	Emissão	Encargos financeiros	Vencimento	03/2026	03/2025
Vortex Distribuidora de títulos	Única	15/03/24	IPCA + 8,53%	15/06/31	201.548	193.826	–
Oliveira	Única	15/07/25	IPCA + 9,02%	15/07/33	260.529	–	–

(-) Custo de transação (12.496) (5.671)

Passivo circulante 449.581 188.155
Passivo não circulante 26.886 4.287

A movimentação das debentures privadas é como segue:

	31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial	188.155	–
Captação de debentures	250.000	180.000
Provisão de encargos	43.678	24.656
Pagamento de juros	(25.427)	(10.830)
Custo de transação de debentures	(6.825)	(5.671)
	449.581	188.155

Fornecimento de garantias: Foram constituídas em favor dos Debenturistas, as seguintes garantias: (i) Alienação fiduciária de bens imóveis; (ii) Cessão fiduciária de recebíveis; e (iii) Fiança de Pessoa jurídica.

Cláusulas contratuais restritivas - covenants: A Companhia possui obrigação contratual com a manutenção de indicadores financeiros devido ao encerramento do exercício societário. As parcelas de longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano de vencimento	31/03/2026	31/03/2025
01/04/2026 a 31/03/2027	–	18.387
01/04/2027 a 31/03/2028	38.421	36.774
01/04/2028 a 31/03/2029	38.421	36.774
01/04/2029 a 31/03/2030	93.933	36.774
01/04/2030 a 31/03/2031	93.933	36.774
Demais Safras	157.987	18.385
	422.695	183.868

22. Adiantamentos de clientes:

	31/03/2026	31/03/2025
Clientes de açúcar	239.937	–
Clientes de et		

continuação

Usina Santa Fé S.A.

28. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas:

Table with 3 columns: 31/03/2026, 31/03/2025, and descriptions of operating income and expenses.

(i) Em relação aos valores reconhecidos em 31/03/2026: a) R\$ 10.178 referem-se aos créditos relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS sobre o etanol; b) R\$ 3.130 créditos de REINTEGRA; e c) R\$ 56.827 reconhecimento do Crédito Presumido de Pis e Cofins sobre aquisição de cana-de-açúcar...

29. Receitas financeiras:

Table with 3 columns: 31/03/2026, 31/03/2025, and descriptions of financial income.

30. Despesas financeiras e resultado com derivativos:

Table with 3 columns: 31/03/2026, 31/03/2025, and descriptions of financial expenses and derivatives.

31. Variação cambial líquida:

Table with 3 columns: 31/03/2026, 31/03/2025, and descriptions of exchange rate variation.

A variação expressiva é reflexo da variação cambial sobre recebíveis em moeda estrangeira. 32. Instrumentos financeiros: a) Classificação contábil e valores justos: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros...

períodos. Risco de mercado: Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção...

Table with 4 columns: PTax, R\$, USD, PTax, R\$, USD. Shows exchange rates for 2026 and 2025.

Table with 4 columns: Saldos, CDI, IPCA, SELIC, Taxa LIBOR, Impacto, Taxa provável, Impacto provável. Shows financial instrument details.

Table with 4 columns: Não realizado, Realizado, Não realizado, Realizado. Shows hedge instrument performance.

Item de hedge: Budget em US\$ (Hed-geado), Dívida em US\$, Derivativos em US\$, Instrumento de hedge em US\$, Total em US\$, Rolagem. Shows hedge item details.

Table with 4 columns: 2026, 2025, 2024, 2023. Shows volume in tons for different periods.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Usina Santa Fé S.A., Nova Europa - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Santa Fé S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/03/2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data...

identificado). Dessa forma, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Companhia analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese do respectivo cenário apresentado...

Table with 3 columns: Valor contábil, Cenário provável 5%, Cenário provável 10%. Shows sensitivity analysis for financial instruments.

Ativos: Aplicações financeiras, Empréstimos e financiamentos, Debêntures privadas. Shows asset details.

Table with 4 columns: Não realizado, Realizado, Não realizado, Realizado. Shows hedge instrument performance.

Table with 4 columns: Não realizado, Realizado, Não realizado, Realizado. Shows hedge instrument performance.

33. Compromissos de vendas: A Companhia possui acordo no mercado de açúcar com terceiros através dos quais se compromete a vender volumes desses produtos até a safra 2029/2030. Os volumes relacionados aos compromissos acima mencionados são:

Table with 4 columns: 2026, 2025, 2024, 2023. Shows volume in tons for different periods.

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Francisco Sylvio Malzoni Gavotti - CEO, Genaildo Torres - Diretor Administrativo-Comercial, João Paulo Rogante - Diretor Agroindustrial, Thiago Rossi Pinto - Diretor Financeiro, Cristiano Alves da Silva - Técnico Contábil - CRC-15P295797/0-1

b Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo...

Ativos: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Instrumentos financeiros derivativos. Shows asset details.

Passivos: Fornecedores, Outras contas a pagar, Empréstimos e financiamentos, Debêntures privadas, Adiantamentos de clientes, Partes relacionadas, Instrumentos financeiros derivativos. Shows liability details.

Table with 4 columns: 2026, 2025, 2024, 2023. Shows volume in tons for different periods.

Os saldos apresentados no grupo de aplicações financeiras concentram-se



continuação

Usina Santa Fé S.A.

a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profis-

sional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria,

inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Ribeirão Preto, 30/06/2026.

KPMG
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/0-5 F SP

Daniel Marino de Toledo
Contador
CRC 1SP249851/0-8

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Accesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/07/2026

Accesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou accesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

